

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO  
E INTERNACIONALIZAÇÃO - AGEUFMA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE  
JUSTIÇA  
MESTRADO ACADÊMICO

**CARLA TERESA FERREIRA BEZERRA**

**O ENFRENTAMENTO DO TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO NO ESTADO DO  
MARANHÃO:** análise a partir das Convenções 138 e 182 da Organização Internacional do  
Trabalho (OIT)

São Luís  
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO  
E INTERNACIONALIZAÇÃO - AGEUFMA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE  
JUSTIÇA  
MESTRADO ACADÊMICO

**CARLA TERESA FERREIRA BEZERRA**

**O ENFRENTAMENTO DO TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO NO ESTADO DO  
MARANHÃO:** análise a partir das Convenções 138 e 182 da Organização Internacional do  
Trabalho (OIT)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da  
Universidade Federal do Maranhão como requisito para  
a obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dra. Mônica Teresa Costa Sousa.

São Luís  
2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Bezerra, Carla Teresa Ferreira.

O ENFRENTAMENTO DO TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO NO ESTADO DO MARANHÃO: : análise a partir das Convenções 138 e 182 da Organização Internacional do Trabalho OIT / Carla Teresa Ferreira Bezerra. - 2023.

162 f.

Orientador(a): Mônica Teresa Costa Sousa.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

1. Ambiente doméstico. 2. Direitos Fundamentais Sociais. 3. Estado do Maranhão. 4. Organização Internacional do Trabalho. 5. Trabalho infantil. I. Sousa, Mônica Teresa Costa. II. Título.

**CARLA TERESA FERREIRA BEZERRA**

**O ENFRENTAMENTO DO TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO NO ESTADO DO  
MARANHÃO: análise a partir das Convenções 138 e da Organização Internacional do  
Trabalho (OIT)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da Universidade Federal do Maranhão como requisito para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dra. Mônica Teresa Costa Sousa.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Dra. Mônica Teresa Costa Sousa (orientadora)**  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof. Dr. Cássius Guimarães Chai**  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof. Dr. James Magno Araújo Farias**  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Profa. Dra. Mônica Fontenelle Carneiro (suplente)**  
Universidade Federal do Maranhão

À minha família. Eu amo vocês.

## AGRADECIMENTOS

Eu começo agradecendo à Deus. Acredito que ele plantou esse sonho (iniciar o mestrado) no meu coração em 2020, no período da pandemia. No fundo, a ideia de fazer uma seleção de mestrado era um pouco fantasiosa porque eu achava que seria muito difícil conseguir passar. Porém, cada dia mais lia o edital, cada dia mais planejava o meu dia para estabelecer metas de leituras e assim fazer a prova escrita. Eu gelei quando vi que fui aprovada e fiquei muito animada. Um sonho distante se materializou na minha vida e Deus me sustentou em cada momento que tentava vencer minhas próprias dificuldades e limitações que eu mesma coloquei.

Aos meus pais, Terezinha e Carlos, eu não tenho palavras para demonstrar a gratidão por tudo que eles fizeram e fazem por mim. Eles me apoiaram em cada momento de dificuldade e me levantaram quando precisei. Eu sinto a torcida deles em cada projeto. Foi por/para vocês.

Ao meu irmão, Carlos Eduardo, por estar sempre ali me ajudando em tudo que preciso.

Ao meu namorado, Romel, por ser um grande incentivador nos meus projetos de vida. Por ser um incansável ouvinte e ajudante.

Às minhas primas Nuvendora e Alicia, que são muito mais que primas, minhas irmãs.

À professora Mônica Teresa, por ser um exemplo de profissional. Ela é uma professora incrível e me sinto muito honrada de ter a oportunidade de conhecê-la e ser sua orientanda. Além de todos os ensinamentos acadêmicos, é uma pessoa muito humana e justa. Corajosa. E por causa dela, à docência no futuro terá outra perspectiva para mim.

Ao professor Cássius Chai, sempre muito dedicado aos seus alunos. Agradeço o acolhimento e incentivo aos estudos e à pesquisa.

Aos meus amigos que o mestrado me apresentou, Denise, Karine, Fernanda, Manoel, Daniele, Fábio e Monique. A turma da Mônica. É muito bom ter companheiros de jornada, um ajudando o outro. Com vocês esses dois anos foram mais leves.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela bolsa de estudos.

À todas as pessoas que cruzei e contribuíram direta e indiretamente para a pesquisa.

*“A resposta certa não importa nada: o essencial é que as perguntas estejam certas.”  
(Mario Quintana)*

## RESUMO

Esta dissertação problematiza em que medida a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular e o Ministério Público do Trabalho têm enfrentado o trabalho infantil doméstico no Estado do Maranhão a partir das determinações das Convenções 138 e 182 da OIT. Assim, no primeiro capítulo foi abordado o percurso metodológico adotado na pesquisa, situando-a na abordagem qualitativa, raciocínio indutivo, método monográfico em conjunto com o método sociojurídico-crítico e técnicas de procedimento: documental e revisão bibliográfica. A hipótese formulada é que as iniciativas de enfrentamento ao trabalho infantil doméstico promovidas pelas instituições investigadas contribuíam no enfrentamento do tema, especialmente na prevenção e erradicação do trabalho precoce. O segundo capítulo tratou sobre os conceitos de trabalho infantil e trabalho infantil doméstico, relacionando-os com alguns marcos legais internacionais e programas relacionados com o enfrentamento do tema. Por conseguinte, no terceiro capítulo foi averiguada a proteção dos infantoadolescentes no âmbito do trabalho infantil doméstico a partir da atuação da OIT e as Convenções analisadas. No quarto e último capítulo o foco foi o trabalho infantil doméstico e a atuação das instituições no Maranhão. A partir dos resultados coletados, confirmou-se parcialmente a hipótese, constatando-se que as instituições investigadas promovem e previnem o trabalho precoce. No entanto, algumas ações de enfrentamento realizadas pelas referidas instituições não contêm informações que permitem analisar a efetividade das medidas.

**Palavras-chave:** Trabalho infantil; Ambiente doméstico; Organização Internacional do Trabalho; Direitos Fundamentais Sociais; Estado do Maranhão.



## ABSTRACT

This dissertation discusses to what extent the State Secretariat for Social Development, the State Secretariat for Human Rights and Popular Participation, and the Public Ministry of Labor have confronted child domestic labor in the State of Maranhão based on the determinations of ILO Conventions 138 and 182. Thus, in the first chapter, the methodological path adopted in the research was addressed, situating it in the qualitative approach, inductive reasoning, monographic method in conjunction with the socio-legal-critical method and procedural techniques: documentary and bibliographic review. The hypothesis is that the initiatives to combat child domestic labor promoted by the institutions investigated contributed to dealing with the issue, especially in the prevention and eradication of early work. The second chapter dealt with the concepts of child labor and child domestic labor, linking them to some international legal frameworks and programs related to combating the issue. Consequently, the third chapter examined the protection of children in the context of domestic child labor, based on the actions of the ILO and the conventions analyzed. In the fourth and last chapter, the focus was on domestic child labor and the actions of institutions in Maranhão. Based on the results collected, the hypothesis was partially confirmed, confirming that the institutions investigated promote and prevent early work. However, some of the actions taken by these institutions do not contain information that would allow us to analyze the effectiveness of the measures.

**Keywords:** Child Labor; Domestic Environment; International Labor Organization; Social Fundamental Rights; State of Maranhão.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEPETI	Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
COETRAE	Comissão Estadual de Erradicação ao Trabalho Escravo
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEPETIMA	Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Estado do Maranhão
FNPETI	Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEC	Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil
MPT	Ministério Público do Trabalho
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SEDES	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social
SEDIHPOP	Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1. METODOLOGIA .....</b>	<b>15</b>
<b>2. TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO: CONCEITO E CONTEXTOS.....</b>	<b>19</b>
<b>2.1. Conceituação de trabalho infantil .....</b>	<b>19</b>
<b>2.2. Conceituação do trabalho infantil doméstico .....</b>	<b>24</b>
<b>2.3. A proteção internacional conferida à questão do trabalho infantil em perspectiva histórica .....</b>	<b>29</b>
<b>2.4. O trabalho infantil no plano internacional e a Meta 8.7 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável.....</b>	<b>38</b>
<b>3. O TRABALHO INFANTIL E AS INICIATIVAS DE PROTEÇÃO A PARTIR DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO .....</b>	<b>44</b>
<b>3.1. As Convenções 138 e 182 da Organização Internacional do Trabalho como sistema de prevenção do trabalho infantil doméstico.....</b>	<b>44</b>
<b>3.2. A condução da questão do trabalho infantil em ambiente doméstico no mundo e a atuação da Organização Internacional do Trabalho.....</b>	<b>50</b>
<b>3.3. O cenário de pobreza envolvendo os infantojuvenis e o trabalho infantil.....</b>	<b>57</b>
<b>4. O FENÔMENO DO TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO NO ESTADO DO MARANHÃO.....</b>	<b>66</b>
<b>4.1. Principais pilares de proteção para o trabalho da criança e do adolescente no Brasil.....</b>	<b>66</b>
<b>4.2. A situação do trabalho infantil: dados estatísticos, plano de prevenção e proteção .....</b>	<b>73</b>
4.2.1. Estatísticas sobre o cenário do trabalho infantil nos Estados.....	74
4.2.2. Estatísticas sobre o cenário do trabalho infantil no Maranhão.....	77
4.2.3. Estatísticas sobre o cenário do trabalho infantil doméstico no Maranhão .....	79
4.2.4. Plano estadual de prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador no Maranhão .....	82
<b>4.3. O Estado do Maranhão e o enfrentamento do trabalho infantil .....</b>	<b>84</b>
4.3.1. Atuação do Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Estado do Maranhão (FEPETIMA) e das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI).....	85
4.3.2. Atuação da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDES) no enfrentamento ao trabalho infantil doméstico .....	88
4.3.3. Atuação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) no enfrentamento ao trabalho infantil doméstico .....	94

4.3.4. Atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT) no enfrentamento ao trabalho infantil doméstico .....	101
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>111</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>115</b>
<b>ANEXO 1.....</b>	<b>123</b>
<b>ANEXO 2.....</b>	<b>136</b>
<b>ANEXO 3.....</b>	<b>142</b>
<b>ANEXO 4.....</b>	<b>151</b>

## **LISTA DE ANEXOS**

**ANEXO 1** – OFÍCIO Nº 935/2022-GAB/SEDES

**ANEXO 2** – RELATÓRIO DE ATIVIDADES RELACIONADAS AO TRABALHO INFANTIL DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

**ANEXO 3** – RELATÓRIO DE ATIVIDADES RELACIONADAS AO TRABALHO INFANTIL DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

**ANEXO 4** – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO